

A26 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM GEOLOGIA

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar. Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgaram que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expedira determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União interviesse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

- (A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
- (B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
- (C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
- (D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
- (E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

- (A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
- (B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
- (C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
- (D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
- (E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

- (A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
- (B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
- (C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

- (A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
- (B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
- (C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
- (D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
- (E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
- (B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
- (C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
- (D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
- (E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

Conhecimentos Específicos

46

A composição da litosfera é fundamental para o entendimento geoquímico dos minerais primários que compõem as rochas encontradas durante as atividades profissionais dos geólogos. Sabe-se que a crosta continental da Terra tem a predominância dos elementos:

- (A) oxigênio e magnésio;
- (B) oxigênio e silício;
- (C) oxigênio e ferro;
- (D) ferro e silício;
- (E) ferro e magnésio.

47

A geração de cadeias montanhosas está intimamente relacionada com as movimentações das porções da litosfera terrestre vinculadas com a teoria das placas tectônicas.

Há situações em que as cadeias de montanha se formam devido às zonas de:

- (A) orogênese com transcorrência oceânica;
- (B) orogênese com transcorrência continental;
- (C) subducção com colisão continente-continente;
- (D) subducção com colisão oceano-continente;
- (E) epirogênese com colisão oceano-continente.

48

Os geólogos podem ser contratados para verificar possíveis contaminações relacionadas ao mercúrio, um metal pesado altamente cancerígeno.

Há situações em que o mercúrio de origem natural advém:

- (A) do contato da água com filões de cassiterita;
- (B) de fluxos hidrotermais com pirita;
- (C) das rochas que apresentam cinábrio;
- (D) da difusão em sedimentos com ouro;
- (E) da percolação em rochas com cianita.

49

A paragênese mineral é um indicador muito relevante nos trabalhos geológicos utilizados para determinar a origem de um fragmento de rocha encontrado em uma perícia.

Dentre os minerais a seguir, são classificados como aluminossilicatos:

- (A) quartzo, ortoclásio, muscovita e hematita;
- (B) ilmenita, biotita, sodalita e leucita;
- (C) hornblenda, plagioclásio, muscovita e hematita;
- (D) sillimanita, quartzo, muscovita e leucita;
- (E) plagioclásio, ortoclásio, biotita e muscovita.

50

As ocorrências de hidrocarbonetos representam uma importante fonte de energia para as atividades econômicas da atualidade, porém podem trazer severos impactos ambientais com consequências muito danosas.

Os mecanismos de extração podem acarretar o vazamento de petróleo ou gás natural no meio ambiente marinho ou continental, uma vez que os hidrocarbonetos são formados a partir:

- (A) do acúmulo de restos orgânicos marinhos que se depositam no litoral e ao longo do tempo geológico e atingem maior profundidade;
- (B) de reações orgânicas determinadas pela oxidação do querogênio em bacias sedimentares litorâneas ricas em rochas calcárias;
- (C) da inserção de restos orgânicos animais que se decompõem concomitantemente ao acúmulo de sedimentos litorâneos relacionados aos arenitos;
- (D) da compactação de sedimentos orgânicos lamosos que força os fluidos e gases a migrarem para arenitos ou calcários porosos;
- (E) do acúmulo de conchas e carapaças de origem planctônica em bacias sedimentares sujeitas a condições de oxidação e elevados teores de sal.

51

As rochas sedimentares apresentam diferentes condições ambientais e geoquímicas de formação, que estão relacionadas tanto aos processos continentais como aos processos marinhos e lacustres. Nessas rochas há com frequência a concentração de íons que permitem a geração de halita, gipsita e anidrita.

Tais minerais são típicos dos:

- (A) evaporitos;
- (B) psamitos;
- (C) pelitos;
- (D) lutitos;
- (E) carbonatitos.

52

O arranjo da matriz litológica, um indicador espacial que caracteriza a orientação dos minerais no interior da rocha, é passível de ser medido com bússola geológica. Essa característica serve ao trabalho de campo do geólogo na condução de perícias em que se deseja saber se houve ou não a movimentação de um bloco em relação ao maciço rochoso.

As rochas que permitem essa abordagem são:

- (A) definidas pela cristalização em ambientes aquosos que compõem acamamentos reliquiais espessos produzidos por diagênese;
- (B) formadas por estratificações cruzadas acanaladas decorrentes de deposição de clastos angulosos devido aos processos marinhos;
- (C) geradas pelos efeitos da elevação de temperatura e tensão de rochas preexistentes, que caracterizam o metamorfismo regional;
- (D) produzidas pela cristalização de grãos durante o resfriamento do magma em diápiros localizados no interior da crosta continental;
- (E) constituídas em sistemas deltaicos com estratificações cruzadas sigmoidais devido ao contato de rios com plataformas rasas.

53

Os deslizamentos em rocha são frequentemente prejudiciais para o trânsito de veículos e transporte de mercadorias e pessoas, em especial quando ocorrem nos cortes de estrada a jusante de encostas com litologias metamórficas.

Dentre as características das rochas metamórficas, a mais importante para influenciar a ocorrência de um deslizamento é a:

- (A) lineação, que é a orientação unidirecional formada pelo sentido dos minerais no interior da matriz rochosa, devido aos esforços de tração;
- (B) lineação, que é a orientação unidirecional formada pelo sentido dos minerais no interior da matriz rochosa, devido aos esforços de compressão;
- (C) foliação, que é definida pelo conjunto de superfícies paralelas compostas por minerais que sofreram deformação dúctil;
- (D) foliação, que é definida pelo conjunto de superfícies paralelas compostas por minerais que sofreram deformação rúptil;
- (E) clivagem, que é a fragmentação mineral ao longo de planos pré-definidos de ruptura, relacionados com as ligações químicas iônicas ou covalentes.

54

Os estudos voltados para detecção de jazidas petrolíferas na atualidade se apoiam principalmente no entendimento da estratigrafia de sequências, que permitem que o geólogo faça projeções dos locais mais ou menos promissores para obtenção de óleo e gás.

Dentre as diferentes abordagens, há o uso de interpretações simoestratigráficas, que se baseiam nos padrões de estratos e litofácies que podem ser diagnosticados por meio do:

- (A) arcabouço de correlação cronoestratigráfica baseado em critérios físicos;
- (B) conjunto rochoso formado pelos diferentes comprimentos de ondas do tipo P;
- (C) tipo de sinal elétrico decorrente do espaçamento entre os eletrodos positivo e negativo;
- (D) grau de interferência entre ondas mecânicas e eletromagnéticas;
- (E) padrão de ressonância devido à distância entre linhas de investigação geofísicas.

55

O trabalho do geólogo voltado para a delimitação de fácies de um depósito sedimentar leva em consideração a observação das estruturas existentes em seu interior. Determinadas estruturas estão associadas com processos de sedimentação muito característicos.

Em uma estrutura resultante de fluxo gravitacional, produzida por uma corrente carregada de sedimentos que desce ao longo de uma praia ou plataforma, é possível encontrar uma estratificação:

- (A) convoluta;
- (B) cruzada planar;
- (C) cruzada ondulada;
- (D) plano paralela;
- (E) cruzada *hummocky*.

56

A extração ilegal de fósseis no Brasil causou a retirada de inúmeros exemplares, em especial na bacia sedimentar do Araripe, onde a Formação Santana constitui um importante sítio geológico e paleontológico do país.

Nessa bacia, há diferentes tipos fossilíferos; contudo, a maior parte dos exemplares já retirados está relacionado com:

- (A) troncos litificados;
- (B) carapaças de trilobitas;
- (C) ossos de peixes;
- (D) esqueletos de lagartos;
- (E) moldes de folhas.

57

A perícia na área da geologia por vezes pode utilizar a comparação entre a idade de uma rocha encontrada em uma cena criminal e a idade de outra amostra existente em determinada jazida, a fim de determinar a área fonte do ilícito. Diferentes métodos de datação absoluta são utilizados na geologia atualmente, sendo os mais comuns os que se baseiam na relação isotópica entre os elementos químicos presentes nos minerais que compõem determinada rocha.

Um dos procedimentos de datação mais utilizados é o Método K-Ar, que tem aplicação direcionada para a determinação da idade:

- (A) da taxa de sedimentação em lagos;
- (B) de restos orgânicos em sedimentos;
- (C) da exposição de afloramentos ao sol;
- (D) do resfriamento de corpos ígneos;
- (E) de soerguimento de camadas de sal.

58

A sucessão estratigráfica é um auxílio fundamental para o trabalho de reconstituição da geologia histórica de paleoambiente. Utilizando esses princípios, é possível comparar as condições originais de deposição com modificações humanas, a fim de realizar verificações de danos ambientais produzidos por atividades irregulares, tais como garimpos.

Os princípios básicos da estratigrafia determinam que:

- (A) a maior quantidade de conteúdo fóssilífero indica que o estrato estava sob clima quente e úmido;
- (B) a maior quantidade de conteúdo fóssilífero indica que o estrato estava sob clima frio e seco;
- (C) em uma sequência sedimentar sem perturbação tectônica, o estrato mais antigo está superposto pelo mais novo;
- (D) em uma sequência sedimentar sem perturbação tectônica, o estrato mais novo está superposto pelo mais antigo;
- (E) a espessura dos estratos de uma rocha sedimentar está associada à taxa de subsidência da bacia.

59

A constituição geológica existente no território brasileiro é bastante diversa, porém determinadas regiões apresentam constituintes litológicos e estruturais típicos.

No que se refere à Formação Serra Geral localizada na região Sul do Brasil, é possível afirmar que sua característica geológica:

- (A) está associada ao vulcanismo que adveio da fragmentação do supercontinente Gondwana;
- (B) apresenta rochas areníticas de origem eólica originadas em um paleodeserto de dimensões continentais;
- (C) compõe um aquífero de dimensões continentais denominado de aquífero Guarani;
- (D) contém resíduos fóssilíferos de répteis de grandes dimensões no território brasileiro;
- (E) vincula-se às rochas ígneas plutônicas geoquimicamente associadas com magmas básicos.

60

Os esforços geotectônicos promovem vários arranjos estruturais que podem ser úteis para elaboração de modelos de evolução geológicos, sendo esta uma das atribuições mais destacadas dos geólogos para a elucidação de investigações periciais.

Em um contexto de esforços tectônicos de compressão, há a geração de um conjunto de estruturas que apresentam:

- (A) dobras, falhas normais e falhas de empurrão;
- (B) dobras, falhas de empurrão e zonas de cisalhamento;
- (C) falhas normais, juntas de alívio e zonas de cisalhamento;
- (D) falhas normais, milonitos e zonas de cisalhamento;
- (E) dobras, falhas normais e milonitos.

61

As atitudes das estruturas geológicas permitem ao geólogo uma série de interpretações relevantes para perícias que envolvem danos em obras de engenharia, problemas relacionados com deslizamentos e avaliações de riscos em minerações, dentre outros. Uma das notações mais utilizadas na atualidade é denominada *dip/dip*, isto é, registra-se em azimute a indicação do sentido do *dip* e com o clinômetro sua inclinação.

Considere que a medição com bússola de geólogo da orientação de um plano de falha apresentou nessa notação o valor de 135/45. Com isso, é correto afirmar que esse plano de falha mergulha para:

- (A) sudeste com inclinação de 45°;
- (B) sudoeste com inclinação de 45°;
- (C) nordeste com inclinação de 45°;
- (D) noroeste com inclinação de 45°;
- (E) leste com inclinação de 45°.

62

A elaboração de um mapa geológico consiste na observação de campo das litologias existentes e as estruturas a elas associadas, sendo fundamental a inserção desses registros em uma base topográfica digital ou analógica. Desse modo, para a interpretação de dados geológicos de um mapa geológico, é fundamental que se conheça a escala do mapeamento, que, no caso das perícias judiciais, é frequentemente muito detalhada.

Considerando que, em um mapa geológico de escala 1:5.000, tenha sido identificada a presença de um dique de rocha básica com 200 m de espessura e medição estrutural 90/90 (*dip/dip*), em mapa esse dique irá aparecer como:

- (A) uma faixa de 4 cm com *strike* norte-sul;
- (B) uma faixa de 4 cm com *strike* leste-oeste;
- (C) uma faixa de 2 cm com *strike* norte-sul;
- (D) uma faixa de 2 cm com *strike* leste-oeste;
- (E) uma linha reta com *strike* norte-sul.

63

Muitas intervenções provenientes de atividade ilícitas são responsáveis por severos danos ambientais, especialmente quando se faz a retirada da cobertura vegetal florestal, com consequente exposição do solo.

Nessas condições, pode haver uma significativa mudança das características pedológicas do topo do perfil de solo, sendo comum o aparecimento de áreas degradadas, uma vez que:

- (A) a erosão remove a maior parte da fertilidade do horizonte A;
- (B) o calor das queimadas volatiliza a argila do horizonte A;
- (C) a lixiviação retira o teor de matéria orgânica do horizonte B;
- (D) o aumento da infiltração introduz poluentes no horizonte B;
- (E) a permeabilidade produz o afloramento do horizonte C.

64

A formação dos solos se inicia através da desagregação física e decomposição química das rochas, que avançam progressivamente em graus de intemperismo, conforme as condições climáticas e geomorfológicas ao longo do tempo geológico. No decorrer do processo de intemperismo, os minerais primários dão origem aos minerais secundários, dentre os quais os argilominerais são os mais abundantes. Dependendo do grau de intemperismo, o tipo de argilomineral predominante no solo pode causar danos às estruturas prediais de construção civil.

Dentre esses danos estruturais, os mais graves são causados pelo grupo das esmectitas, que possuem a propriedade de:

- (A) solubilizar o concreto devido à acidificação do solo;
- (B) provocar a corrosão dos elementos metálicos do concreto;
- (C) sofrer expansão e contração conforme o teor de umidade;
- (D) reduzir a adesão do cimento aos agregados do concreto;
- (E) destruir as ligações químicas do clínquer do cimento.

65

A realização de investigações geológicas em materiais antropogênicos precisa ser feita com bastante critério técnico e de segurança, em especial devido à possibilidade de contaminação ambiental e também em razão dos possíveis acidentes com as equipes de campo envolvidas. As investigações que vêm sendo atualmente demandadas para o descomissionamento de empreendimentos incluem os aterros sanitários que atingem o término do seu tempo de utilização, isto é, o término de sua vida útil.

Para uma investigação em aterros sanitários, é necessário que sejam adotados cuidados especiais, já que nesses materiais pode haver substâncias tóxicas relacionadas com:

- (A) benzeno e tolueno;
- (B) gases e chorume;
- (C) arsênio e sulfetos;
- (D) sulfatos e nitratos;
- (E) mercúrio e cádmio.

66

As análises geomorfológicas realizadas nos terrenos montanhosos permitem que um perito geólogo possa indicar a suscetibilidade de movimentos de massa em locais com ocupações urbanas densas, sendo úteis na definição de interdições de unidades residenciais em encostas.

Dentre os parâmetros morfométricos que influenciam a possibilidade de ocorrência de um movimento de massa em uma encosta densamente ocupada, aqueles que podem ser obtidos a partir de modelos digitais de elevação são:

- (A) área de contribuição, curvatura de encosta e declividade;
- (B) área de contribuição, espessura do solo e declividade;
- (C) área de contribuição, litologia e declividade;
- (D) perfil topográfico, espessura do solo e declividade;
- (E) perfil topográfico, litologia e curvatura de encosta.

67

A classificação das morfologias de relevo permite que se tenha um bom entendimento dos processos que foram responsáveis pela geração das formas. As abordagens geomorfológicas para a classificação do relevo utilizam a divisão do modelado tanto em planta como em perfil, havendo a possibilidade de distinguir topos, encostas e fundos de vale.

Os fundos de vale são unidades geomorfológicas que:

- (A) possuem amplas planícies de inundação, derivadas de processos erosivos de rebaixamento do talvegue;
- (B) contêm canais fluviais meandantes, quando estão relacionados com elevados gradientes topográficos;
- (C) recebem sedimentos oriundos das áreas de jusante, a partir de movimentos de massa gravitacionais;
- (D) apresentam convergência de fluxos d'água, responsáveis pelo aumento da vazão quando possuem canais;
- (E) mantêm uma zona com cobertura florestal mais densa, proveniente do acúmulo de sedimentos argilosos.

68

A maior parte dos domínios geomorfológicos montanhosos existentes no Brasil está relacionada com a ocorrência de movimentos de massa de grande porte, causadores de destruição de residências, danos na infraestrutura, prejuízos econômicos e mortes de pessoas. Por outro lado, esses domínios de relevo estão relacionados a litologias formadas a partir de processos geotectônicos vinculados com dobramentos, metamorfismo e magmatismo.

Considerando esse conjunto, é correto afirmar que os domínios montanhosos:

- (A) possuem estreita relação com orogêneses antigas;
- (B) expõem afloramentos de rochas plutônicas máficas;
- (C) surgiram devido aos efeitos de vulcanismos máficos;
- (D) originaram-se pela compressão epirogenética;
- (E) mostram baixas altitudes advindas de rifteamentos.

69

O trabalho do geólogo junto à gestão pública federal na atualidade está em grande parte direcionado para fiscalizações ambientais mais minuciosas, conforme previsto nas legislações federais. Nesse sentido, as intervenções causadas pelas atividades de mineração no relevo podem intensificar alguns processos erosivos na superfície terrestre.

Quando a mineração situa-se em regiões com predomínio de argissolos, pode haver a mobilização de significativos volumes de sedimentos para a rede de canais de drenagem, ocasionando redução do Índice de Qualidade da Água (IQA), uma vez que tais sedimentos causam:

- (A) deslizamentos de margens;
- (B) ressecamento de nascentes;
- (C) drenagem ácida;
- (D) aumento da turbidez;
- (E) colmatção do leito.

70

A identificação de cicatrizes de deslizamentos ocorridas em eventos climáticos muito abrangentes espacialmente é realizada através de interpretações de produtos de sensoriamento remoto. Uma vez que há deslizamentos com diferentes tamanhos, com o uso de sensoriamento remoto mais detalhado, é possível detectar as cicatrizes de menor porte, isto é, menores que 50 m de comprimento maior.

Os sensores adequados para essa finalidade são:

- (A) Landsat-5, Ikonos e Spot;
- (B) Landsat-5, Ikonos e WorldView-2;
- (C) QuickBird, Landsat-5 e Spot;
- (D) QuickBird, GeoEye e World View-2;
- (E) GeoEye, Landsat-5 e World View-2.

71

A geologia de engenharia frequentemente busca a obtenção de parâmetros geotécnicos por meio de ensaios em rochas e solos, a fim de que as intervenções que envolvem escavações nesses materiais fiquem tecnicamente adequadas. Desse modo, a obtenção desses parâmetros geotécnicos torna-se um trabalho muito útil tanto para as fases de projeto como para a execução das obras civis, que são objeto de fiscalização e controle.

No que se refere à obtenção de parâmetros relacionados com o ângulo de atrito efetivo e com a coesão verdadeira do solo, o procedimento adequado é a realização do ensaio de:

- (A) adensamento edométrico;
- (B) cisalhamento direto;
- (C) compressão triaxial drenado;
- (D) compressão triaxial não drenado;
- (E) dispersão em meio saturado.

72

O reconhecimento das características geotécnicas dos maciços rochosos é frequentemente realizado por investigações que necessitam de ensaios de campo. Vários acidentes em obras de túneis acontecem pela falta de dados geomecânicos do maciço rochoso, gerando também ações judiciais que demandam a ajuda de peritos geólogos.

A fim de permitir o reconhecimento da designação da qualidade da rocha (RQD, em inglês) e do grau de faturamento, a técnica que oferece o melhor resultado está vinculada à realização de:

- (A) sondagem à percussão;
- (B) sondagem rotativa;
- (C) eletroressistividade;
- (D) reflexão geofísica;
- (E) refração geofísica.

73

A elaboração de mapas de suscetibilidade a deslizamentos em áreas urbanas com ocupação densa é uma tarefa muito importante nos municípios que apresentam recorrência de movimentos de massa. Contudo, muitos municípios se mostram despreparados para executar esses importantes mapeamentos, sendo, por vezes, alvos de ações judiciais que trazem bastante complexidade e exigem pareceres de peritos.

Para que haja uma efetividade no planejamento e controle dos órgãos públicos nessas condições, os mapas de suscetibilidade a deslizamentos precisam ter escala espacial entre:

- (A) 1:500.000 e 1:250.000;
- (B) 1:250.000 e 1:100.000;
- (C) 1:100.000 e 1:50.000;
- (D) 1:50.000 e 1:25.000;
- (E) 1:5.000 e 1:2.000.

74

Recentemente vem sendo comum o rompimento de barragens de rejeitos em vários locais do Brasil, com consequentes perdas de vidas humanas, severos danos ambientais e muitos prejuízos públicos e privados. Há vários fatores geológicos, geotécnicos e climatológicos que podem contribuir para essas rupturas de barragens.

No que tange ao comportamento geotécnico no interior dessas barragens, a causa da ruptura se deve:

- (A) à ineficiência do cimento misturado ao solo durante o tempo de execução do aterro, que se liquefaz devido ao aumento de umidade em períodos de chuvas intensas;
- (B) ao excesso de chuva em períodos extremos, o que promove erosão superficial dos aterros muito íngremes, resultando na lixiviação do corpo do talude;
- (C) à falta de enrocamento no talude, que garantiria o contrapeso necessário para a estabilidade do aterro ao longo do tempo de atuação da mineração;
- (D) ao contato da água da chuva com os rejeitos, que, ao longo do tempo de atuação da mineração, sofrem lixiviação até perder a cimentação e permitir a erosão dos taludes;
- (E) ao aumento da poropressão da água no interior dos vazios do solo do corpo do aterro, que induz a uma redução da resistência cisalhante até o material atingir a liquefação.

75

Algumas obras civis realizadas com financiamento de recursos públicos utilizam-se de rochas para o revestimento de pisos, principalmente na forma de placas quadradas ou retangulares com espessura homogênea. Há especificações de qualidade para que essas rochas atendam à demanda da obra projetada, e divergências de qualidade geram sérios problemas e perdas de recursos financeiros.

Diante disso, para que uma rocha possa ser utilizada como revestimento, é necessário que atenda, pelo menos, aos seguintes critérios de qualidade:

- (A) baixa capacidade de absorção de líquidos, elevada resistência ao intemperismo e baixa dilatação térmica;
- (B) baixa densidade específica, elevada resistência a compressão e baixo teor de sílica livre;
- (C) elevado peso específico, baixa resistência elétrica e elevado teor de quartzo;
- (D) elevada resistência a torção, baixa condutividade hidráulica e elevado teor de silicatos;
- (E) baixa condutividade térmica, elevado teor de carbonatos, baixa dureza específica.

76

Dentre as várias tipologias de riscos geológicos, destacam-se, no território brasileiro, as ocorrências de movimentos de massa. Para os municípios que frequentemente sofrem esse tipo de fenômeno geológico, demanda-se que tenham, em suas defesas civis, profissionais habilitados para análises de riscos, em especial, os geólogos. Quando há possibilidade de deslizamentos em uma encosta composta por solo, o geólogo busca fazer um conjunto de indagações no local da análise, a fim de gerar uma decisão de campo passível até mesmo da interdição de imóveis.

Quando se trata de análises de deslizamentos, uma das características mais importantes dos solos é o fato de que:

- (A) a pressão total exerce o controle da ruptura, pois o peso de material sobre a área afetada gera a mobilização;
- (B) a tensão total exerce o controle da ruptura, pois a massa de material sobre a área afetada gera a mobilização;
- (C) a lubrificação pela água na fase sólida exerce o controle da ruptura, sendo a chuva definitiva na mobilização;
- (D) a tensão cisalhante é transmitida pela fase sólida, uma vez que a água não resiste a tensões cisalhantes;
- (E) a maior espessura do material da encosta produz rupturas, já que a fase sólida não transmite tensões normais.

77

Os problemas de inundação de canais em bacias de drenagem urbanas e rurais são cada vez mais preocupantes para os gestores públicos, havendo a necessidade dos diagnósticos geológico-geotécnicos do terreno e também da quantificação das entradas de chuva em determinados intervalos de tempo. Muitos geólogos trabalham em equipes mistas que tratam desses problemas, em que têm a incumbência de desenvolver estudos sobre os canais de drenagem.

Tendo em vista que a seção de um canal foi definida em campo por um geólogo e que o fluxo que passa por ele é do tipo laminar, a vazão fluvial será igual:

- (A) à intensidade de chuva dividida pela área da bacia;
- (B) à altura de chuva multiplicada pela área da bacia;
- (C) ao produto da largura do leito pela velocidade do fluxo;
- (D) ao produto da área molhada pela velocidade do fluxo;
- (E) à média da precipitação multiplicada pela área da bacia.

78

Os processos geoquímicos governam a disponibilidade dos elementos químicos existentes na crosta continental, sendo muitas vezes utilizados como indicadores para detecção do local de origem de resíduos de solos ou de rochas quando coletados para perícia.

No caso da percolação de água em rochas máficas sob clima tropical úmido com presença de oxigênio livre, há efeitos acentuados de intemperização química, de modo que as soluções resultantes migram e a matriz do solo:

- (A) fixa o Ca^{2+} e Mg^{2+} na forma de óxidos ou hidróxidos;
- (B) fixa o Fe^{3+} e Mn^{2+} na forma de óxidos ou hidróxidos;
- (C) perde o Al^{3+} e Mn^{2+} pela aeração ligada à porosidade;
- (D) perde o Al^{3+} e Mn^{2+} pela aeração ligada à permeabilidade;
- (E) apresenta diminuição da porosidade e permeabilidade.

79

O trabalho do geólogo na gestão pública está muito ligado aos preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 6.938/1981, que organizou a Política Nacional do Meio Ambiente. Por outro lado, diversas atividades de mineração e engenharia civil podem trazer severos problemas ambientais, que precisam ser regulados a fim de atender aos pressupostos da referida lei.

Nesse sentido, dentre os princípios estabelecidos em lei, está assegurada a:

- (A) composição das câmaras técnicas de meio ambiente;
- (B) fiscalização ambiental do uso do solo, da água e do ar;
- (C) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- (D) manutenção das unidades de conservação federais;
- (E) gestão ambiental em todas as unidades de conservação.

80

A esfera de atuação dos geólogos em instituições federais tem como demanda o atendimento aos itens da Lei Federal Complementar nº 140/2011. Essa lei fixa normas de cooperação da União, estados e municípios para ações administrativas comuns de proteção ambiental, em associação à Lei Federal nº 6.938/1981.

No que tange às obrigações legais da União em cooperação com os demais, é necessário que seja capacitada para:

- (A) inserir os mapeamentos ambientais padronizados pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR);
- (B) inserir e organizar dados de mineração estabelecidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM);
- (C) organizar e manter o Cadastro Nacional de Atividades Potencialmente Poluidoras (CANAPP);
- (D) organizar e manter o Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- (E) organizar e manter o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA).

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

